

DESEMPOEIRANDO O PASSADO

Organizar um centro de memória costuma trazer angústias, mas também descobertas que enriquecem a história institucional

Carlos Fioravanti

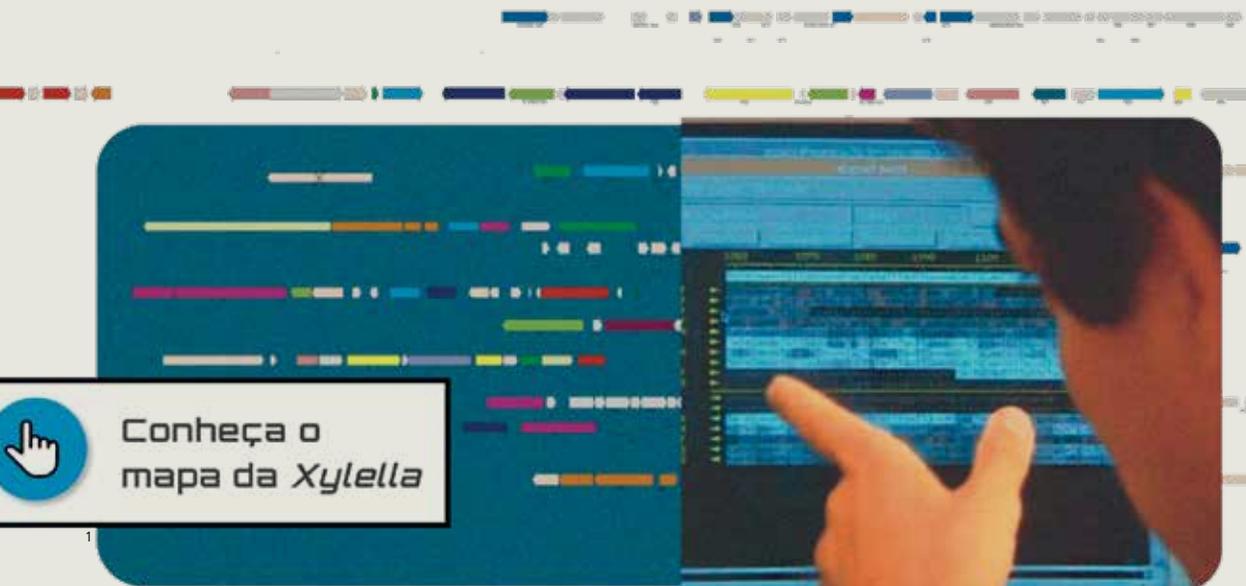
A Academia Brasileira de Ciências (ABC), sediada no Rio de Janeiro, anunciou em maio um centro de memória, que deverá organizar, preservar e divulgar sua história, iniciada oficialmente em 1916. Faculdades ou institutos das universidades de São Paulo (USP), estadual de Campinas (Unicamp), federal de Minas Gerais (UFMG) e outras já têm os seus. Muitos órgãos públicos e empresas também. Motivados pela constatação da falta de organização de informações históricas ou pela demanda externa – impulsionada principalmente pela Lei de Acesso à Informação, de 2011 –, os centros de memória são mais amplos que os centros de documentação, por serem híbridos e acolherem vários tipos de documentos e objetos. Sua concretização geralmente é repleta de emoções – nem sempre de contentamento, como quando os organizadores encontram documentos em péssimas condições ou não acham o que desejavam. Mas há também descobertas inesperadas, que aprofundam a história institucional e trazem à tona tópicos que merecem ser mais bem pesquisados.

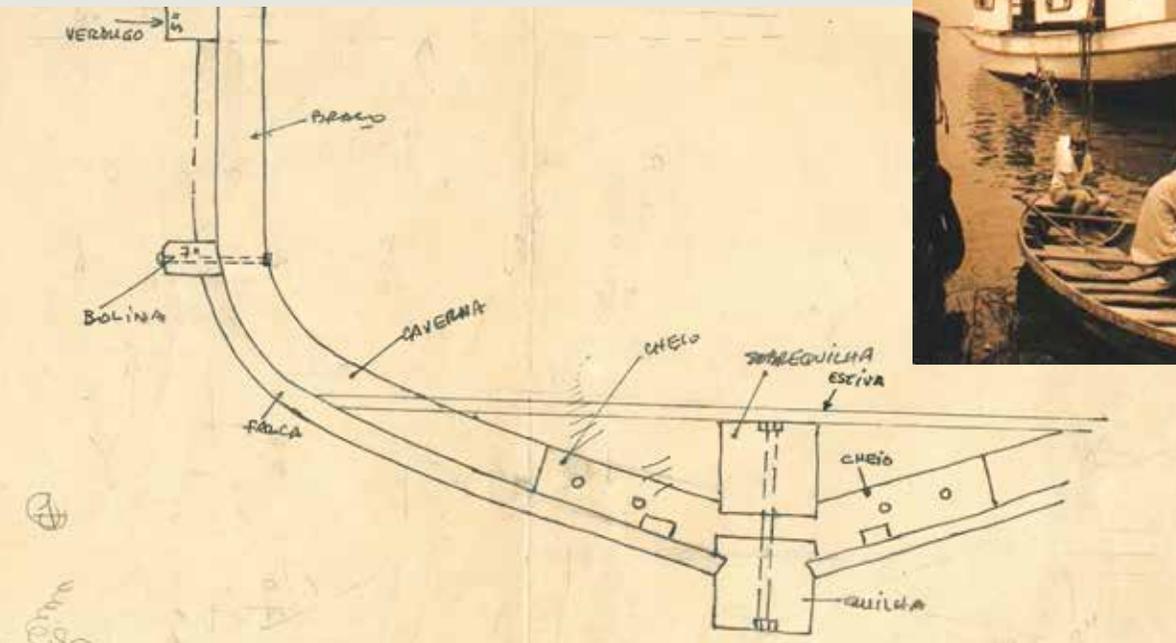
O site do Centro de Memória FAPESP foi lançado em maio, com 43 mil registros documentais, principalmente reportagens, vídeos e podcasts publicados desde 1995 pela revista *Pesquisa FAPESP* (até 1999, *Notícias FAPESP*) e desde 2004 pela *Agência FAPESP*. Com o propósito de registrar a memória oral da ciência paulista, foram feitas e já estão on-line 20 entrevistas com pesquisadores e dirigentes da FAPESP, realizadas especialmente para o centro.

“A ideia de criar um Centro de Memória surgiu durante as comemorações dos 60 anos da FA-



O site do Centro de Memória FAPESP reúne materiais históricos, entrevistas, podcasts, vídeos e uma exposição sobre o Programa Genoma (à esq.). Acesse pelo QR Code





Raridades do acervo: desenho da estrutura de madeira do barco construído em 1967 e usado pelo zoólogo Paulo Vanzolini (na canoa, em primeiro plano) em viagens pela Amazônia

PESP, em 2022”, comentou Marco Antonio Zago, presidente da Fundação, à Agência FAPESP. “A intenção é deixar um legado para as futuras gerações, registrando os esforços de uma agência de fomento e da comunidade de pesquisa paulista para promover o desenvolvimento do estado com base na ciência, na tecnologia e na inovação.”

A bibliotecária Fabiana Andrade Pereira, coordenadora do centro, encontrou – e continuamente inclui no site – documentos até então dispersos sobre a criação, em 1960, e a efetiva institucionalização, dois anos depois, da Fundação. Os documentos já incorporados no acervo on-line incluem registros no *Diário Oficial do Estado* dos debates de outubro de 1947 na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), quando o sociólogo e historiador Caio Prado Jr. (1907-1990), então deputado constituinte, defendeu a regulamentação de um artigo da Constituição estadual, promulgada três meses antes, propondo a criação de uma fundação de apoio à pesquisa científica no estado de São Paulo.

Também já podem ser consultados pelo site os artigos do final dos anos 1940 e início de 1950 da revista *Ciência e Cultura*, publicada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), defendendo a concretização da nova instituição. No início da década de 1950, os jornais *Folha da Manhã* – do qual se originou a *Folha de S. Paulo* – e *O Estado de S. Paulo*, por sua vez, publicaram artigos que defendiam ou criticavam a necessidade da fundação para financiar pesquisas no estado. “Conseguimos ver a história se formando”, observa Pereira.

Outro documento redescoberto foi o parecer em que o jurista e professor da USP Miguel Reale (1910-2006) sugeria, em 1962, que a fundação de-

veria ser “uma pessoa jurídica de direito público, embora de tipo ou modelo privado, não sujeita às normas do Código Civil, mas sim à lei e aos regulamentos baixados pelo estado”.

O trabalho em andamento inclui a busca e inclusão no site de documentos apenas citados em livros sobre a Fundação, vários deles escritos pelas equipes dos historiadores Shozo Motoyama (1940-2021) e Amélia Hamburger (1932-2011). Pereira e o historiador Thiago Montanari, assessor do centro, estão procurando registros históricos sobre a Fundação em outras instituições, como a própria Alesp, a Imprensa Oficial, em universidades paulistas e na Biblioteca Nacional.

Para atingir outros públicos, além dos pesquisadores, o Centro de Memória lançou uma exposição sobre o Programa Genoma FAPESP, iniciado em 1997, com textos, fotos e entrevistas com o então diretor científico, José Fernando



Capa da *Nature* de 13 de julho de 2000 com o sequenciamento do genoma da bactéria *Xylella fastidiosa*, realizado por equipes de pesquisadores do estado de São Paulo

Página de abertura da exposição virtual sobre os trabalhadores técnicos da Fiocruz e início do documentário sobre Sonia e Zilton Andrade, da Bahia



Perez, e Andrew Simpson, Fernando Reinach, João Paulo Setúbal e outros pesquisadores à frente do trabalho.

Durante um ano, o projeto do centro contou com a participação da historiadora Ana Maria de Almeida Camargo (1945-2023), especialista na organização de arquivos institucionais e primeira autora do livro *Centros de memória: Uma proposta de definição* (Sesc, 2015) (ver Pesquisa FAPESP nº 333). A equipe formulou um documento com as diretrizes e os objetivos do centro e, em seguida, Pereira e Montanari percorreram todos os setores da instituição, explicando o que pretendiam fazer e perguntando se por ali não haveria documentos de valor histórico.

SEM ESQUECER O PRESENTE

Ao ser convidada para integrar a equipe, a historiadora Silvana Goulart, diretora da Grifo, empresa de desenvolvimento de projetos históricos, ficou impressionada: habituada a ver documentos malcuidados e desorganizados em instituições públicas e empresas, encontrou uma vasta docu-

mentação já organizada – livros, relatórios anuais desde 1962 e materiais audiovisuais. A prioridade foi então propor formas para tornar o acervo mais acessível. “Não podemos esquecer o presente”, resalta o historiador Raphael Novaes, gerente de Projetos da Grifo. “Quem precisar de algum documento do acervo tem de encontrar rapidamente.” Goulart sugere: “Temos de avaliar com cuidado o que guardar”, diz.

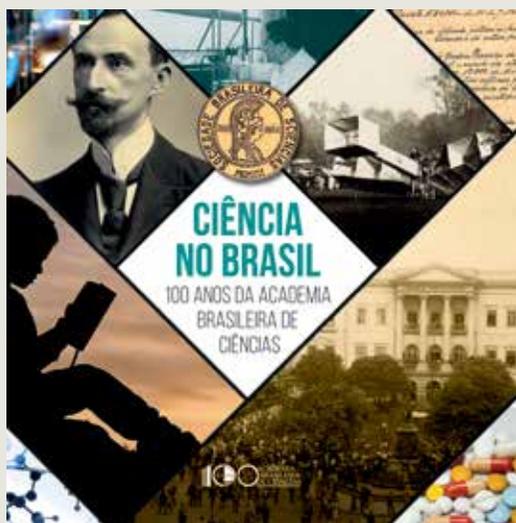
A historiadora Aline Lopes de Lacerda, integrante da coordenação executiva da política de memória institucional da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), concorda: “Não precisa guardar tudo, mas não é simples escolher o que é importante. Se um trabalho motivou vários documentos, pode-se guardar apenas o final, algum intermediário ou uma síntese do que foi feito”.

Ela recomenda a coleta de informações sobre objetos ou aparelhos enquanto são usados. Quando começou a pandemia, a equipe de museologia da Casa de Oswaldo Cruz (COC), uma das unidades da Fiocruz, já preocupada em registrar também o presente, coletou os primeiros galões com a vacina contra Covid-19 e, depois, os frascos das vacinas e dos kits diagnósticos produzidos em outra unidade, a BioManguinhos. “Pela primeira vez, elaboramos uma pequena coleção de um trabalho contemporâneo, que de alguma forma deveria ser preservado”, comenta a historiadora Inês Nogueira, do serviço de museologia do Museu da Vida, ligado à COC. “A decisão sobre o que guardar deve resultar de um pacto institucional, não de ações pessoais ou arbitrárias, para preservar a memória das pessoas que trabalharam em um momento histórico.”

A Fiocruz publicou em 2020 uma política de memória institucional com orientações para as



Juliano Moreira, segundo presidente e um dos raros negros integrantes da Academia Brasileira de Ciências, retratada em livro publicado em 2017



equipes de suas 22 unidades identificar, organizar e gerenciar documentos de valor histórico ou científico. No ano seguinte, publicou uma chamada de projetos históricos. Uma das propostas selecionadas, a cargo da assistente social Renata Reis Cornelio Batistella, abordou a biografia de trabalhadores técnicos da Fiocruz. Em outro, a socióloga Ulla Macedo Romeu fez um filme sobre dois pesquisadores do Instituto Gonçalo Moniz, da Bahia, os médicos Zilton Andrade (1924-2020) e Sonia Andrade (1928-2022), especialistas em esquistossomose e doença de Chagas.

A próxima etapa será a formação de núcleos de memória nas unidades da Fiocruz, com bibliotecários, jornalistas e arquivistas que possam identificar os documentos capazes de enriquecer a memória institucional. “Uma espátula ou recipientes de vidro podem ser importantes para representar o modo de produção da ciência de uma época”, orienta Lacerda. “Muitas vezes documentos ou objetos de valor histórico passam décadas escondidos.”

Em janeiro deste ano, logo após ingressar na equipe de curadoria dos documentos do Centro de Memória da ABC, o historiador Paulo Cruz Terra, coordenador do Laboratório de História Oral e Imagem (Labhoi) da Universidade Federal Fluminense (UFF), entrou na sala em que estavam as caixas com os documentos que guardavam a história da instituição: “Quando vi, quase caí para trás. Era o caos. Não havia catálogo de quase nada”. Em outra sala, ele respirou aliviado ao encontrar, já organizados, os livros contábeis, as atas das reuniões e as pastas pessoais de boa

parte dos 974 membros titulares ou afiliados. Algumas pastas contêm diários, históricos escolares e outros documentos doados pelas famílias.

No livro *Arquivos pessoais: Experiências, reflexões, perspectivas* (Associação de Arquivistas de São Paulo, 2017), o historiador José Francisco Guelfi Campos, da UFMG, e a documentalista Lílian Miranda Bezerra, da USP, comentam que os arquivos pessoais poderiam ser mais explorados, por também refletirem atividades institucionais.

Especialistas do Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos em Papel do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Lapel/Mast) cuidarão da higienização, digitalização e guarda dos documentos do Centro de Memória da ABC. “Certamente, deveremos descobrir mais coisas do que pensamos”, anima-se Terra.

Uma das frentes de pesquisa, com a bióloga da UFRJ Débora Foguel, já mostrou a baixa participação de mulheres na ABC – apenas 14%, desde a fundação. A matemática e engenheira Marília Chaves Peixoto (1921-1961) foi a primeira mulher eleita para a ABC, em 1951, e Helena Nader foi a primeira a se tornar presidente, somente em 2022. O número de negros ainda não foi identificado, mas não deve chegar a uma dezena, ainda que o segundo presidente tenha sido Juliano Moreira (1873-1933), psiquiatra negro baiano (ver Pesquisa FAPESP nº 124).

Com base em sua experiência, Terra assumiu a coordenação do Centro de Memória Trans do Brasil Giovanna Baby, ligado à UFF. O objetivo é reunir, organizar e divulgar documentos sobre o movimento trans e travesti no Brasil. ■

Os livros consultados para esta reportagem estão listados na versão on-line.